



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680167 - SP (2021/0219171-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : BRUNO HENRIQUE PEREIRA BUENO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO HENRIQUE BATISTA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO HENRIQUE BATISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501792-47.2019.8.26.0066).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 750 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que o Tribunal de origem não acolheu a preliminar de invasão de domicílio e, em consequência, a ilicitude da prova decorrente da referida medida, não obstante o ingresso dos policiais na residência do paciente tenha sido realizada em violação às normas constitucionais e legais incidentes à espécie.

Invoca precedentes jurisprudenciais desta Corte em favor de sua tese, defendendo tratar-se de hipótese de absolvição do paciente.

Subsidiariamente, aponta a ocorrência de ilegalidades na dosimetria da pena, devendo, em seu entender, ser reduzida a pena base para o mínimo legal, com aplicação da fração de 1/6 em virtude da reincidência, na segunda fase do cálculo dosimétrico.

Requer, liminarmente, a imediata colocação do paciente em regime aberto até julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja declarada a nulidade do ingresso dos policiais no domicílio do réu, reconhecendo-se a ilicitude das provas, com a consequente absolvição do paciente. Postula, subsidiariamente, sejam sanados os vícios apontados na dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

“por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente